



SUSTENTABILIDADE EM FLORESTAS TROPICAIS SECAS: UM ESTUDO DE CASO NO NORTE DE MINAS GERAIS

Mário M. Espírito-Santo¹, Rômulo S. Barbosa¹, Felisa C. Anaya¹ & G. A. Sanchez-Azofeifa²

¹Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros-MG; ²Earth and Atmospheric Sciences Department, University of Alberta, Edmonton, Canadá.

O presente estudo teve como objetivo analisar o contexto socioeconômico do norte de Minas Gerais, região que concentra aproximadamente 78% das florestas tropicais secas (florestas estacionais decíduais ou “matas secas”) do estado, de modo a propor possíveis alternativas para o uso sustentável dos recursos naturais deste ecossistema. Para isso, foram compilados dados bibliográficos e censitários sobre a ocupação histórica, uso da terra e legislação ambiental da região. O norte de Minas Gerais tem clima semi-árido, com precipitação média entre 700-1200 mm, sendo caracterizado por uma ampla faixa transicional entre os biomas da Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica. Sua população é de cerca de 1,5 milhões de habitantes e é uma das mais pobres do estado com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,697 (MG = 0,773; Brasil = 0,757). Além disso, o norte de Minas Gerais possui um número expressivo de populações tradicionais, entre quilombolas, indígenas, vazanteiros e caatingueiros, que fazem uso dos recursos naturais das florestas tropicais secas da região. A atividade econômica mais importante na região é a pecuária extensiva (59% das áreas rurais), com cerca de 3,7 milhões de cabeças de gado em 2006. A maior parte desta produção é feita em latifúndios, uma vez que apenas 17% das propriedades possuem mais de 100 ha, mas ocupam 84% da área rural da região. Nos últimos 15 anos, as políticas de uso e ocupação das matas secas do norte de Minas Gerais foram intensamente debatidas, uma vez que os órgãos ambientais entenderam que estas formações estariam protegidas pelo Decreto Federal 750 (1993). Entretanto, pressões do setor agropecuário levaram à promulgação, em janeiro de 2008, da Lei Estadual 17353, que permite o desmatamento de até 70% das matas secas para o estabelecimento de atividades sustentáveis. Entretanto, não há nenhuma regulamentação do tipo de atividade considerada sustentável ou de indicadores de sustentabilidade. As políticas preservacionistas estaduais para as florestas tropicais secas no norte de Minas Gerais têm se limitado à criação de unidades de conservação, principalmente de proteção integral. Algumas delas foram delimitadas dentro ou no entorno do território de populações tradicionais, causando intensos conflitos que podem afetar tanto a efetividade das unidades como a subsistência destas populações. Devido à restrita e fragmentada distribuição das florestas tropicais secas no Brasil e seu alto grau de ameaça, políticas específicas e diversificadas sobre o uso da terra devem ser estabelecidas para estes ecossistemas. Tais políticas devem estimular atividades de baixo impacto ambiental, que mantenham os serviços do ecossistema e melhorem a qualidade de vida dos habitantes das matas secas norte-mineiras.

Apoio: Instituto Interamericano para Pesquisas em Mudanças Globais (IAI), Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).